

ECONOMIA

Governo prevê renegociar R\$ 100 bi em dívidas rurais

A medida provisória preparada pelo governo federal para a renegociação de dívidas rurais deverá alcançar aproximadamente R\$ 100 bilhões em operações e oferecer condições diferenciadas aos produtores que comprovarem perdas de renda em safras recentes. O texto terá vigência imediata e substituirá o projeto em tramitação no Congresso que autorizava o uso de recursos do Fundo Social do pré-sal para socorrer o setor.

As condições mais favoráveis serão destinadas aos produtores que demonstrarem redução superior a 40% da renda bruta em pelo menos três safras entre 2019 e 2025. Para esse grupo, as taxas anuais serão de 5% nas operações vinculadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de 8% para os médios produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e de 11% para os demais beneficiários.

As dívidas poderão ser refinanciadas em até dez anos, com dois anos de carência para o início da amortização e sem exigência de entrada. Os limites previstos por beneficiário são de R\$ 400 mil para os agricultores familiares, R\$ 2 milhões para os produtores do Pronamp e R\$ 4 milhões para os demais. A diferenciação deverá favorecer principalmente regiões afetadas por sucessivas secas, enchentes e outros eventos climáticos, como o Rio Grande do Sul.

Uma segunda faixa de

renegociação atenderá produtores que comprovarem queda de pelo menos 30% da renda bruta em duas safras. Nesse caso, o prazo de pagamento será de oito anos, também com dois anos de carência e sem entrada. Os juros serão de 6% ao ano para o Pronaf, 9% para o Pronamp e 12% para os produtores de maior porte. Os limites chegarão a R\$ 500 mil, R\$ 2,5 milhões e R\$ 8 milhões, respectivamente.

O desenho permite que perdas decorrentes não apenas de eventos climáticos, mas também de oscilações nos preços agrícolas, sejam consideradas para o enquadramento. O acordo foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, depois de uma reunião intermediada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta.

Segundo Durigan, a proposta representa o limite possível para conciliar o atendimento ao setor produtivo com a preservação das contas públicas. A medida provisória também deverá suspender por 30 dias o vencimento de parcelas de operações elegíveis. O intervalo servirá para que os agricultores reúnam documentos, comprovem as perdas e procurem as instituições financeiras responsáveis pela renegociação.

A flexibilização é considerada relevante porque muitos produtores, após anos de perdas, têm patrimônio já comprometido com operações anteriores e enfrentam dificuldades para atender às exigências bancárias tradicionais.

Fazenda eleva projeção de inflação para 5,1% com guerra e El Niño

A guerra no Oriente Médio e a possibilidade de intensificação do El Niño levaram o Ministério da Fazenda a elevar de 4,5% para 5,1% a projeção para a inflação brasileira em 2026. A nova estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) supera o limite de 4,5% do intervalo de tolerância estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. O centro da meta contínua de inflação é de 3%.

A revisão consta no Boletim Macroeconômico divulgado nessa quarta-feira (15/07). Apesar da piora nas estimativas para os preços, a equipe econômica manteve em 2,3% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto neste ano. Para 2027, a projeção de expansão da economia foi reduzida de 2,6% para 2,5%.

Segundo a Fazenda, parte

da elevação do IPCA decorre de resultados acima do esperado nos preços dos serviços e dos bens industriais. A maior parcela da revisão, contudo, está associada aos efeitos que ainda deverão chegar ao consumidor, como os repasses do encarecimento do petróleo, de seus derivados e de outras matérias-primas utilizadas pelo setor produtivo.

O conflito no Oriente Médio provocou um choque no mercado internacional de energia, com reflexos sobre combustíveis, transporte, passagens aéreas e custos industriais. Mesmo após uma acomodação temporária das cotações, a Fazenda avalia que os efeitos indiretos da alta do petróleo podem demorar a desaparecer, sobretudo diante das incertezas geopolíticas e dos riscos para a oferta mundial.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE VÁRZEA ALEGRE - EXTRATO DO CONTRATO Nº 001-15.07.2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2026.07.13.1. Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados na área tributária para a prestação de consultoria e auditoria financeira, com o objetivo de identificar, apurar e quantificar, de forma precisa, eventuais valores recolhidos indevidamente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando à adoção das medidas administrativas cabíveis para sua compensação com tributos da mesma espécie, nos termos da legislação vigente. Contratante: Secretaria Municipal de Finanças. Contratada: PUBLICABR CONSULTORIA TRIBUTÁRIA LTDA (ME), CNPJ sob o nº 95.867.065/0001-45. Remuneração Estimada da Empresa Contratada - R\$ 0,20, para cada R\$ 1,00, compensado, arrecadado e recuperado e reduzido do montante da dívida apontada pela Receita Federal do Brasil - RFB, ou seja, a remuneração correspondente ao percentual de 20,00 % sobre o benefício econômico efetivamente auferido pelo Município de Várzea Alegre - CE, conforme consta nos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 2026.07.13.1. Fundamento Legal: Artigo 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021. Data de Assinatura do Contrato: 15/07/2026. Vigência Contratual: 12 meses, prorrogáveis de acordo com a Lei 14.133/21. Várzea Alegre - CE, em 15 de Julho de 2026. Antonio Mattheus Bezerra - Secretário Municipal de Finanças.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA - AVISO DE LICITAÇÃO. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; N.º 2026.07.08.01CE : OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ANTÔNIO MARCELINO E DA CRECHE RAIMUNDO FLORINDO, LOCALIZADAS NA SEDE DO MUNICÍPIO, E DA ESCOLA MANOEL COSTA VIANA, LOCALIZADA NO DISTRITO DE ARARAS, ZONA RURAL DE BARROQUINHA/CE. DE INTERESSE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO DO EDITAL. DA FORMA DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO. A COMISSÃO COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE O CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS SERÁ ATÉ O DIA 31/07/2026 ÀS 08:30 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA) e que a disputa se dará no mesmo dia às 09:00 hrs. Os horários referem-se ao horário local. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço eletrônico: <https://compras.m2atecnologia.com.br/> e pelo portal do TCE-CE: http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes, a partir da data desta publicação ou na sala do Setor de Licitações, situada à Rua Lívio Rocha Veras, 549, Centro. Hugo de Oliveira Nóbrega - Pregoeiro.

Prato feito custa R\$ 30 no Nordeste e pesa mais no orçamento do trabalhador

No Brasil, o tradicional prato composto por arroz, feijão, proteína, salada e guarnição acumulou alta de 7,2% desde janeiro

O preço médio do prato feito chegou a R\$ 30 no Nordeste em junho, segundo levantamento da Faculdade do Comércio de São Paulo (FAC-SP). Embora a região apresente o segundo menor valor do País, apenas um centavo acima dos R\$ 29,99 registrados no Norte, um trabalhador que almoça fora durante 20 dias úteis precisa desembolsar cerca de R\$ 600 por mês somente com a refeição principal.

A média nordestina ficou R\$ 1,90 abaixo da nacional (R\$ 31,90). No Brasil, o tradicional prato composto por arroz, feijão, proteína, salada e guarnição acumulou alta de 7,2% desde janeiro. O preço médio passou de R\$ 29,77 no início do ano para R\$ 30,27 em março e alcançou R\$ 31,90 em junho.

Nacional

Considerando 20 dias úteis, o trabalhador que paga o valor médio nacional gasta R\$ 638 por mês para almoçar fora. O cálculo não inclui bebida, sobremesa, café ou outras refeições realizadas ao longo do dia. O Sul apresentou o prato feito mais caro do País (R\$ 34,90), seguido pelo Centro-Oeste (R\$ 34,45) e o Sudeste (R\$ 31,99).

O Índice Prato Feito (IPF) é elaborado pelo Núcleo de Estudos Econômicos da FAC-SP. O indicador começou a ser calculado em janeiro deste ano e não pretende substituir o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do País. A proposta é acompanhar, por meio de um pro-



FOTO ABRASEL

No país, o preço médio do prato feito passou de R\$ 29,77 no início do ano para R\$ 31,90 em junho

duto conhecido pela população, como o aumento dos custos se manifesta no cotidiano de quem precisa fazer refeições fora de casa.

Diferenças

Na avaliação do economista Ricardo Coimbra, diferentes fatores podem explicar a disparidade de preços entre as regiões. “No Nordeste, o prato feito tende a ser mais barato em razão do limite do que o comerciante consegue repassar ao consumidor. A renda média da população nordestina é menor do que a registrada em outras regiões, e o preço da refeição precisa estar mais próximo da realidade financeira do trabalhador”, explica.

Segundo Coimbra, a composição do prato também

pode variar conforme a localidade. “Embora a estrutura geral seja semelhante, com arroz, feijão, proteína e acompanhamentos, podem ser utilizados insumos diferentes em cada região, o que contribui para a formação de preços distintos.”

O economista acrescenta que a oferta regional de produtos da cesta básica também influencia os valores. “Regiões com maior disponibilidade desses alimentos tendem a apresentar custos menores. Além disso, o nível de renda de cada localidade interfere diretamente na definição dos preços e pode favorecer a oferta de refeições mais acessíveis”, conclui.

Domicílio

A alimentação no do-

micílio registrou queda de 0,39% em junho, ajudando o IPCA a desacelerar para 0,16% no mês. Entre os itens que ficaram mais baratos estavam café moído, frutas e carnes. O feijão-carioca, entretanto, avançou 8,31% somente em junho, enquanto a batata-inglesa subiu 3,57%.

Para o segundo semestre, o comportamento do clima representa uma nova fonte de incerteza. O El Niño está em curso e deverá ganhar intensidade até o fim do ano, com potencial para alterar a distribuição das chuvas e afetar a produção agropecuária. Problemas nas lavouras podem reduzir a oferta de alimentos e produzir novos reajustes ao consumidor.

Copa Feminina deve movimentar R\$ 8,8 bi e impulsionar turismo no Nordeste

O Nordeste terá três das oito cidades-sede da Copa do Mundo Feminina da Fifa de 2027. Fortaleza, Recife e Salvador receberão partidas da competição e deverão concentrar parte relevante da movimentação de turistas, delegações, profissionais de imprensa e equipes envolvidas na organização do evento. Ao lado do Sudeste, a região reúne o maior número de sedes do torneio no Brasil.

A presença de três capitais nordestinas abre perspectivas para setores como hotelaria, alimentação, transporte e economia criativa. O fluxo de visitantes também tende a beneficiar pequenos negócios localizados nas cidades-sede e em destinos próximos, desde que os governos e a iniciativa privada consigam integrar a programação esportiva à oferta turística regional.

Em âmbito nacional, a Copa do Mundo Feminina deverá injetar R\$ 8,8 bilhões na economia brasileira, criar 73,7 mil postos de trabalho, gerar R\$ 4,5 bilhões em renda e proporcionar uma arrecadação tributária estimada em R\$ 928 milhões. Os cálculos constam do Mapeamento do Potencial de Captação e Internacionalização de Eventos Esportivos no Turismo Brasileiro, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.

O impacto econômico foi dividido em dois vetores. O primeiro está relacionado ao público do evento, formado por turistas brasileiros e estrangeiros, que deverá movimentar R\$ 4,7 bilhões em atividades diretas e indire-

tas. O segundo corresponde aos desembolsos da Fifa e às estruturas operacionais necessárias para a realização do torneio, estimados em R\$ 4,1 bilhões.

A Copa será disputada entre 24 de junho e 25 de julho de 2027, com jogos também em Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Esta será a primeira edição do principal torneio mundial de futebol feminino realizada na América do Sul.

O evento ocorre em um ambiente considerado favorável à expansão do turismo esportivo. Segundo a análise da FGV, as mulheres representam 48,61% do fluxo de turistas internacionais no Brasil, permanecem, em média, 11 dias no País e gastam cerca de US\$ 1.317 por viagem. Esse perfil reforça

o potencial de consumo em hospedagem, gastronomia, compras, lazer e experiências culturais.

A estratégia da Embra-tur para o período de 2025 a 2027 prevê o apoio à captação e à promoção de grandes eventos internacionais como instrumento para posicionar o Brasil no mercado turístico. O plano também destaca a importância das micro e pequenas empresas, que representam mais de 97% dos negócios ligados aos serviços turísticos no País.

LEILÃO PÚBLICO DE VEÍCULOS
O Leilão Oficiário ERICO SOARES, devidamente registrado no Junta Comercial, torna público que realizará leilão público de veículos, na modalidade exclusivamente online, conforme condições descritas no edital.
DATA: 18/07
HORÁRIO: 9H30
LEILÃO EXCLUSIVAMENTE ONLINE

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15.06.01/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA NO MIRANTE DO CRUZEIRO DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE, participante vencedor: CALCULO CERTOSERVIÇOS LTDA, classificada com o valor global de R\$ 1.603.768,53 (um milhão seiscentos e três mil setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos), atendidas todas as exigências editalícias. Adjudico e Homologo a licitação na forma da Lei 14.133/2021, Art. 28, II (PNCIP e Transfere Gov + Brasil), Cicero Antônio Sousa Bezerra - ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE GESTORA DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ/CE. Data da homologação: 13 de julho de 2026

Torna público que **requereu** a Autarquia Municipal de Meio Ambiente - AMMA a Licença de Instalação - LP/LI para construção de uma residência unifamiliar, Rua 04, S/N, Vert Natureza, Q-F, LT-12, Centro, Eusébio-CE. Foi determinado o cumprimento das exigências do manual de informações para o licenciamento ambiental na AMMA.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 10.07.02/2026 - O(A) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através do(a) seu(ua) Pregoeiro(a), torna público que realizará às 08:00, do dia 30 de julho de 2026, no endereço eletrônico https://compras.m2atecnologia.com.br/, PREGÃO nº 10.07.02/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE/CE. O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos https://compras.m2atecnologia.com.br/ no site da Prefeitura Municipal de Jaguaribe (https://jaguaribe.ce.gov.br/licitacao.php) e no portal de licitação do TCE-CE (http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/). Informações no tel. (88) 3522-1092 e no mail: licitacao@jaguaribe.ce.gov.br. Jaguaribe/CE, 16 de julho de 2026. Michelle Maria Martins de Barros - PREGOEIRO(A).

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL O ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE GESTORA DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA DO Município de Baturité/CE, torna público o Extrato do Instrumento Contratual Nº 1307.01/2026, resultante do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15.06.01/2026; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA NO MIRANTE DO CRUZEIRO DO MUNICÍPIO DE BATURITÉ/CE; CONTRATADA: MYLANO LOCAÇÕES, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS; VALOR GLOBAL: R\$ 1.603.768,53 (um milhão seiscentos e três mil setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos); ASSINA PELA CONTRATADA: ANTÔNIO YAGO SOUSA RIBEIRO; ASSINA PELA CONTRATANTE: CÍCERO ANTÔNIO SOUSA BEZERRA. Baturité/CE, 13 de julho de 2026

ESTADO DO CEARÁ - MB COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 09.267.050/0001-04. Torna público que recebeu da Autarquia de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte - AMAJU, a Licença Prévia - LP, de nº 86/2026 DILAM/AMAJU, com validade até o dia 06 de julho de 2027, para construção de um Supermercado, na Cidade de Juazeiro do Norte, na Rua Projetada, S/N, Lotes 1 a 10 e 12, Quadra Y, do Loteamento Parque Triângulo, bairro Triângulo, Juazeiro do Norte/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e instruções de Licenciamento da AMAJU.

IRENILVA MARIA VIANA DE MEDEIROS
CPF: 289.450.343.15
TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A AUTARQUIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - AMMA A LICENÇA PRÉVIA E A LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR LOCALIZADO NA RUA ALISSON SILVA DOS SANTOS, TERRENO C, COTÉ, EUSÉBIO - CE CEP: 61765430. FOI DETERMINADO O CUMPRIMENTO DAS NORMAS E INSTRUÇÕES DE LICENCIAMENTO DA AMMA, DA QUAL ESTA PUBLICAÇÃO É PARTE.